



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

ATA DA 3^a AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 6^º PERÍODO DA 18^a LEGISLATURA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA, PARA DEBATER A
“LOA 2024 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO”, REALIZADA NO DIA 08 DE
NOVEMBRO DE 2023.

Aos oito dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelo Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior, 1º Secretário “Ad hoc”. Compareceram a esta Audiência Pública, os Vereadores e Vereadoras: Cicera Bezerra Leite Batista (SOLIDARIEDADE), David Carneiro Maia (DC), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Severino Fernandes Filho (União Brasil), Valtide Paulino Santos (União Brasil) e Willami Alves de Lucena (PROS), em um total de 06 (seis) Vereadores. Não se fizeram presentes nesta Audiência Pública os Vereadores: Emanuel Rodrigues de Araújo (SOLIDARIEDADE), Decilânio Cândido da Silva (SOLIDARIEDADE), Fernando Rodrigues Batista (AVANTE), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (PL), João Carlos Patrian Junior (REDE), José Gonçalves da Silva Filho (PT), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (PATRIOTA), Marco César Sousa Siqueira (PSC) e Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS). Por solicitação da Senhora Presidente, os Vereadores David Maia e Severino Fernandes recepcionaram os seguintes convidados e convidadas: a Senhora Clair Leitão, Contadora do Município de Patos; o Secretário de Articulação Social e Orçamento Participativo, Sávio Salvador; o Secretário da Receita, Antônio Marcos; a Secretária de Controle Interno Pollyanna Guedes; Dr. José Lacerda Brasileiro, Procurador da Câmara Municipal de Patos-PB. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: “Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos.” Com a palavra, o 1º Secretário “Ad hoc”, após cumprimentar a todos, fez a leitura da matéria do dia: “REQUERIMENTO Nº 1.385/2023 - SOLICITO DA MESA DIRETORA AGENDAR AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 19 H, PARA DEBATER A LOA 2024 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Na forma regimental, depois de consultado o Plenário, requeiro da Mesa Diretora, agendar para o dia 08 de novembro de 2023 às 19 h, uma Audiência Pública para debater a LOA 2024 - Orçamento Participativo. Justificativa: CALENDÁRIO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PATOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024. Recebimento das Emendas: até o dia 10 de novembro de 2023; Dia 08 de novembro às 19 h, Audiência Pública para debater a LOA 2024 - Orçamento Participativo; Dia 22 de novembro, às 8 h - reunião com a Comissão Mista do Orçamento, Procurador Jurídico e Assessoria Jurídica, para emissão de Parecer da Emendas à

LOA/2024; dia 28 de novembro- 1^a votação EMENDAS E LOA/2024; DIA 30 DE NOVEMBRO -2^a votação LOA/2024. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Patos-PB. Casa Juvenal Lúcio de Sousa. Em 06 de novembro de 2023. Valtide Paulino Santos - Vereadora/Autora." Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a Contadora do Município de Patos-PB, **Clair Leitão**, dizendo: "Boa noite a todos os presentes. Quero primeiramente cumprimentar nossa querida Tide, Presidente da Câmara, Sales, em nome de quem saúdo todos os vereadores presentes. Quero cumprimentar também os Secretários da Prefeitura de Patos, Sávio, em nome de quem saúdo os demais. E também cumprimentar a plateia, que se encontra no auditório da Câmara, prestigiando esse momento de relevância nas questões de planejamento da Prefeitura Municipal de Patos. Pra mim, sempre é uma honra está aqui pra falar sobre orçamento, sobre planejamento, que são instrumentos de grande importância na administração pública. Esta Audiência vai falar sobre a LOA 2024, e aqui eu vou fazer uma breve explanação o que seja uma LOA. Talvez as pessoas que estejam nos ouvindo pela internet tenham dificuldade de compreender porque a razão desta Audiência e o que significa uma LOA. A razão da Audiência é porque nós vivemos um mundo público de transparência, então, tudo tem que ser transmitido, tem que ser divulgado, pra que as pessoas possam entender como acontece o processo orçamentário. LOA significa Lei Orçamentária Anual, que numa linguagem mais popular a gente chama de orçamento público. Esse orçamento foi precedido de outros instrumentos de planejamento: do PPA e da LDO. O PPA é o Plano Plurianual, que foi aprovado no segundo ano da atual gestão, por conta que ele é um plano de médio prazo, ele é pra funcionar durante quatro exercícios, porém ele é elaborado no primeiro ano da gestão. Então, quando o gestor assume o seu primeiro ano, ele herda o planejamento da gestão anterior. Então, muitas vezes ele tem aquela dificuldade de trabalhar porque não foi ele que planejou aquele orçamento, ele herdou. Mas no primeiro ano de sua gestão ele começa a elaborar o planejamento para os quatro próximos anos, que seriam os três restantes e entraria no primeiro ano da outra gestão. Tudo isso pra respeitar o princípio da continuidade da administração, porque anos atrás a gente sempre ouvia falar que as rivalidades eram tão grandes que, quando um gestor de oposição entrava, não fazia nada que o outro vinha praticando. Aí surgiram aquelas obras inacabadas, não dava sequência. Então o PPA vem justamente pra isso, pra que não haja descontinuidade dos serviços, das obras, das ações, e, assim, a população não seja prejudicada. Então, elaborou o PPA, contemplou quatro exercícios, aí vem a LDO, que é outro instrumento de planejamento, com validade anual. Diferentemente do PPA, que a validade é de quatro anos. Já a LDO estabelece as diretrizes para elaboração dessa peça orçamentária que nós estamos discutindo hoje. Ela é quem vai definir os critérios, vai definir o que deve conter dentro da LOA. Então a gente pode dizer que é um manual de instrução, de orientação pra elaboração da LOA. E ela é tão importante quanto o PPA e quanto a LOA. Eu estou vivendo um momento agora, de um município que eu sou contadora, que a Câmara não aprovou a LDO, vocês acreditam? Não aprovou a LDO. E eu fui pesquisar, porque pra encaminhar a Lei Orçamentária eu tinha que ter a LDO pra me dizer o que eu ia colocar na LOA, e não tinha. Mas, pela presunção, imaginávamos que a LDO ia ser aprovada, e a gente antecipou a LOA, deixou pronta. Quando ocorreu isso, o que a gente fez? Encaminhamos a LOA com base na Lei 4.320, que vai nortear esse orçamento, os demonstrativos, e também a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa foi uma orientação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Se por acaso permanecer a mesma dificuldade, não aprovar a LOA, o que vai acontecer? Vai trabalhar com o



orçamento 1/12 um doze avos. A Presidente Valtide Paulino convida o Procurador Doutor José Lacerda para se fazer presente aos trabalhos. Então, nesse processo orçamentário, às vezes, acontece esse atropelo, mas na regra normal, a LDO elaborada aprovada pela Câmara, a gente começa a elaboração da LOA. O que é necessário pra gente fazer uma LOA? A gente pode inventar qualquer coisa numa LOA - Lei Orçamentária Anual? Não! Vamos dizer que o Prefeito Nabor me chamasse e dissesse assim: 'Clair, coloca aí que eu vou construir um aeroporto na lua'. Poderia colocar? Não! A gente não vai criar coisas que não é do nosso cotidiano, da nossa vida no município, não vamos. Ele poderia chegar pra mim, e dizer assim: 'Clair, eu vou construir uma ponte que vai ligar o Jatobá até a Cidade de Mae D'água, e eu vou gastar cem milhões nessa ponte, eu quero que você bote no orçamento'. Eu ia chegar pra ele e dizer: 'não, você não pode. Primeiramente, você tem que me dizer da onde vem o dinheiro, porque o orçamento público é igual ao nosso orçamento doméstico. Vamos equiparar, nós temos o nosso orçamento doméstico, então nós vamos levantar o que nós temos de receita. Nós temos o nosso salário, às vezes nós temos a ajuda do pai ou ajuda da mãe. Então, com base naquela receita que nós temos nós vamos definir o que a gente pode gastar. A gente não vai sair gastando de todo jeito pra depois está afundado, fazendo empréstimos. Então da mesma forma é o orçamento público. O orçamento público tem que ter um equilíbrio, a despesa que será fixada, porque nesse momento nós estamos fixando a despesa e estimando a receita. Isso quer dizer, temos que fixar as despesas mediante o que nós estimamos de receita. E como é que a gente estima as receitas? Primeiro passo, nós vamos ver a série histórica do município, vamos pegar os três últimos exercícios e ver a sua arrecadação e, com base naquilo, levantamos as principais receitas pela série histórica, e ainda acrescemos o índice de inflação, porque é um aumento projetado para aquele orçamento. Pegamos a série histórica, depois nós vamos atrás de quais são os programas que são implementados no município. Esses programas vêm do Governo Federal e do Governo do Estado. Recursos federais, o que é que nós vamos buscar? Recursos do SUS, recursos do FNAS, que é da assistência social, recursos do FNDE, da educação. Da mesma forma a gente olha no Estado, quais são os recursos que atendem os programas do município? Levantamos esses recursos. Esses recursos são vinculados. Quando a gente diz vinculados é porque eles têm uma destinação específica. Então nós tomamos por base esses programas. E depois nós levantamos as transferências voluntárias, que nós chamamos de convênios. Esses convênios podem acontecer e podem não acontecer, porque vai depender de uma atuação importante do gestor, através dos seus parlamentares, que vão em busca de recursos extras para o município. Então quando a gente chama 'transferências voluntárias' nós estamos dizendo que são convênios, que podem vir e podem não vir. Mas eu posso inventar qualquer convênio? Não! Também não posso inventar. Eu tenho que ter pelo menos um projeto elaborado sobre aquele convênio, e que já foi pleiteado junto a algum ministério ou alguma secretaria, pra poder colocar no orçamento. O que eu estou querendo dizer com tudo isso? É que o orçamento não é peça de ficção, não é nada inventado, tem uma base pra poder fazer o orçamento. Não é uma coisa simplesmente que imaginou e coloca no orçamento. Não! Depois de tudo isso, resumidamente, nós temos uma receita formada. E com base nessa receita, nós vamos fixar as despesas. Nós temos vários tipos de receitas, temos receitas correntes, que são aquelas receitas destinadas à manutenção da máquina, e temos as receitas de capital, que são aquelas destinadas a investimentos, que são aquisição de equipamentos ou construção de obras. Levantamos essas receitas. Dessas receitas correntes, nós temos as maiores receitas que o município arrecada e que nós



chamamos de receitas ordinárias, que são aquelas receitas que comumente o município recebe, como: recursos do FPM, do ICMS, arrecadação de IPVA, a receita tributária do município, que é constituída de impostos e taxas, enfim. Esses recursos ordinários a gente vai tomar por base o que fixa a lei, por exemplo, a lei diz que o município não aplicará menos do que 25% (vinte e cinco por cento) dos seus impostos de transferência em manutenção e desenvolvimento de ensino. Então já temos ali uma legalidade a cumprir, a gente não pode fixar uma despesa pra manutenção e desenvolvimento da educação inferior a esses 25% (vinte e cinco por cento). Da mesma forma, nós não podemos fixar os recursos destinados à saúde inferiores ao que diz a constituição, que é 15% (quinze por cento) desses impostos e transferências. Nós não podemos fixar à Câmara acima do limite que é destinado ao repasse da Câmara, e, assim, sucessivamente. Nós temos que obedecer a uma gama de legislação. Nós temos que obedecer a lei de responsabilidade fiscal, que a gente tem que prever aqueles recursos para pagamento das dívidas, que não pode ultrapassar àquela legislação da lei de responsabilidade fiscal, que pune o gestor que ultrapassar o limite fixado na lei. A gente não pode ultrapassar o limite do índice de pessoal, e, assim, sucessivamente. São inúmeras constitucionalidades, inúmeras regras, inúmeras leis, que nós precisamos segui-las para colocar no orçamento. Aí vamos lá, eu pergunto aos colegas: sobre o que para atender ao programa de trabalho do governo? Porque o gestor é eleito porque ele ofereceu um programa de trabalho, e a população gostou do programa que ele ofereceu. Então, muitas vezes tem algumas ações dentro daquele programa que ele não tem verba para atender. Não tem uma verba que possa atender aquele programa. Então a gente percebe que diante dos poucos recursos que o município tem, o que ainda é possível ser aplicado dentro do programa do governo, tem que ouvir a população para poder aplicar também, para saber se a população vai, de fato, querer que aquelas ações continuem, ou vão dar mais sugestões, sugestões novas. E aí é onde entrar o orçamento participativo; é aí onde entra a participação da sociedade, dos representantes de classe, dos sindicatos, das associações. Então é nesse orçamento participativo que a gente ouve a sociedade, e com base nas prioridades elencadas, nós incluímos no orçamento, e a gestão procura ao máximo atender aos anseios da sociedade. Vocês estão percebendo como é um conjunto para poder elaborar o orçamento, tudo o que se precisa fazer? E esse orçamento ainda possui outro detalhe, ele será analisado pelos órgãos de fiscalização do Tribunal de Contas, principalmente, para verificar se está todo dentro da legalidade. Mas, nós continuamos dizendo que é um orçamento é uma peça de previsão, porém vai ser analisada pelos vereadores, eles vão aprovar, e a partir do próximo exercício a gestão só poderá realizar ou executar aquilo que está previsto no orçamento. Aí uma pessoa que não entende muito de orçamento vai me perguntar o seguinte: 'Clair, pode haver alteração na peça orçamentária ao longo da sua execução?'. Pode, através dos créditos adicionais. E os créditos adicionais são constituídos de três modalidades: são os créditos suplementares, os créditos especiais e os créditos extraordinários. Os suplementares são aqueles que reforçam dotações que já tem no orçamento. Vamos lá para a população compreender. Foi fixado no orçamento que o FUNDEB iria aplicar 70% (setenta por cento) com os profissionais de educação, porém, essa receita do FUNDEB tomou por base a receita do ano anterior, porque a gente não tem ideia de como seria a matrícula do próximo ano. Então a gente toma por base a que está sendo realizada este ano, que o município irá receber, porque o município dá essa previsão. Mas vamos dizer que haja uma elevada matrícula, no próximo ano, então essa receita vai ser aumentada. Ela vai ter um excesso na arrecadação dessa receita. A própria lei orçamentária autoriza a



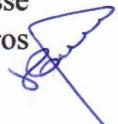
suplementar uma dotação já existente e que precisa de um reforço. Por quê? Porque veio uma receita a mais. E aí nós vamos usar uma fonte de recursos chamada excesso de arrecadação, porque o valor que nós prevemos veio mais. Isso aí a gente chama de crédito suplementar. Mas também podemos usar outra fonte de recursos para esse crédito suplementar, a anulação de dotações de despesas que não vão se confirmar. É o que nós chamamos de crédito suplementar. Aí vamos falar sobre os créditos especiais, o que seriam créditos especiais? São créditos de despesas que não serão autorizados porque não tem no orçamento, foi algo inesperado. O município recebeu o recurso que não previa, e por essa razão teve que pedir à Câmara um crédito especial. Que é o que acontece com essas transferências especiais que surgiram do ano passado para cá, essas emendas especiais, que ninguém imaginava que esses recursos iriam chegar, e esses recursos têm fonte própria. E sempre os nobres vereadores analisam esses Projetos que a gente manda para aqui, por quê? Porque é um recurso que não estava previsto no orçamento. Então a gente chama de créditos especiais. Isso é um tipo de alteração do orçamento. E ainda temos os créditos extraordinários. Nós fizemos muito uso dos créditos extraordinários na época da pandemia, porque justamente para situações calamitosas, situações inesperadas, é possível abrir o crédito extraordinário, que é aquele crédito que num primeiro momento não precisa passar na Câmara, a gestão abre o crédito extraordinário, depois comunica a Câmara que abriu em decorrência daquela calamidade, que pode ser uma calamidade física, pode ser uma enchente, pode ser um terremoto. A seca a gente já não vê tanto como uma calamidade, porque nós aprendemos a conviver com a seca, mas ainda assim, pode ter uma situação maior do que a que nós somos acostumados a viver. Pode até se enquadrar como uma calamidade. E no caso de doença, pandemia, guerra. Então, os créditos extraordinários servem para isso. Aí o orçamento pode ser alterado ao longo daquele exercício, mas lembrando que sempre tudo só pode ser gasto se houver autorização legislativa, jamais um gestor poderá fazer uma obra, uma ação, que não esteja prevista no orçamento, porque ele poderá responder junto à justiça. Então é isso que, resumidamente, a gente pode dizer o que é um orçamento. E Sávio vai falar de algo inovador aqui na cidade de Patos e que, em minha opinião como contadora, merecia um prêmio. A Prefeitura de Patos implementou o orçamentinho. Linda a ação! De fazer a participação das crianças nesses encontros, para ouvir as crianças. E eu achei isso fabuloso e fantástico. Quando você olha o que as crianças desenharam, o que as crianças pediram, é maravilhoso. E outra coisa importante dentro desse orçamento de Patos, que é o carro chefe da administração Nabor Wanderley, é o programa PAI, o programa que dá assistência à primeira infância. Em quase todas as secretarias têm ações destinadas à primeira infância. Isso é muito bonito, e Patos já está sendo reconhecida por esse programa, é bonito de se ver. Mas eu quero deixar para que Sávio fale isso. E eu vou terminar minha fala, que eu comecei uma história ali, contando a Ferré e a Sávio, e eu não concluí a história, mas eu vou contar para terminar. Eu morei, nasci em Patos, mas com um ano de idade fui morar em São Paulo. Meus pais foram para São Paulo e nós fomos morar lá. E quando eu tinha seis anos de idade, chegou uma equipe da Prefeitura de São Paulo na minha casa, procuraram minha mãe e disseram: 'eu queria falar com a criança da casa, a criança que tem compreensão'. Aí a minha mãe me apresentou para eles. Eles disseram assim: 'a gente quer falar com ela, não é com a senhora, não'. Eles queriam falar comigo, com a criança. E disseram assim: 'olhe, nós vamos plantar uma árvore em frente à sua casa, e você vai ter uma obrigação, todos os dias você vai pegar um copo de água e vai aguar essa árvore'. E eu fazia isso todos os dias, eu deixava de

comer, mas deixar de aguar a árvore eu não deixava, não. Quando passou um mês, a mesma equipe voltou na minha casa, e a árvore estava lá, linda, viva. Sabe o que foi que eles fizeram? Deram-me um diploma, assinado pelo Prefeito, como a cuidadora daquela árvore. Eu tenho esse diploma até hoje, datado de mil novecentos e setenta e dois. Então isso importante na minha vida, porque hoje eu moro num local, numa reserva ambiental e vendo plantas, porque eu amo plantas, e toda vida eu gostei de planta, de árvores. E eu acho que toda cidade deveria ser muito arborizada. Isso foi algo que me influenciou quando eu era criança. Então esse orçamentinho aqui, pode ter certeza que vai influenciar muitas crianças, que no futuro a gente pode até estar ouvindo uma mesma história como essa que eu estou contando agora, que, para mim, é um orgulho. Muito obrigada, e estou à disposição para qualquer pergunta que se fizer necessária.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra, o **Senhor Sávio Salvador**, Secretário da Articulação Social e orçamento participativo: “Eu estou feliz demais. Feliz porque está junto com vocês aqui, esta noite, receber o convite diretamente desta Casa, diretamente da nossa Presidente Tide, de todos os vereadores, simplesmente o meu coração palpita mais forte cada vez que eu sou chamado para cá, para falar um pouco do orçamento participativo. Todos os anos, Clair, eu sinto essa felicidade de estar aqui junto com os vereadores, junto com todos os que fazem o orçamento no nosso município. E essa saudação inicial de felicidade, de gratidão a todos vocês que fazem a Câmara de Vereadores, que são vereadores e vereadoras do nosso município, é do fundo do nosso coração, porque o que vocês fazem, como vocês se desdobram e todo o trabalho que vocês constroem aqui neste espaço, e fora dele, para a nossa cidade, para os nossos municípios, nem todo mundo entende. E eu sei do peso, da preocupação, do desgaste emocional, da doação que vocês fazem, e que a família de vocês também faz todos os dias. Então essa gratidão e esse momento em que vocês me trazem aqui, para poder falar um pouco do orçamento participativo, precisa ser dito neste momento. E eu quero saudar primeiramente a nossa Presidente Tide, essa mulher guerreira que conduz todos os trabalhos desta Casa, a Casa Juvenal Lúcio de Sousa. Em nome dela eu saúdo todos os vereadores, que são meus amigos, vereadores e vereadoras que fazem esta Casa. Clair, que me antecedeu agora há pouco com essa aula orçamentária, Marcos, nosso amigo secretário, doutora Pollyanna, nosso Procurador José Lacerda e a todos que estão presentes aqui neste Plenário. E quero aproveitar o momento também, que é um momento de saudação, e dizer a todos vocês que estão acompanhando esta sessão, de forma online e de forma presencial, um agradecimento pela participação. E ao mesmo tempo um agradecimento à equipe, porque o orçamento participativo não dá para ser feito por Sávio; o orçamento participativo não dá para ser conduzido apenas por um secretário, mas essa equipe que está ali sentada, que é fenomenal: Ziraldo, Jânio, Débora, Tábata, Milena, da comunicação, Raniere, que deve estar conduzindo outras coisas com o nosso vice-prefeito; entre tantos outros que se doaram esse ano, como Samyr, como Fabiana Guedes, entre tantos outros, que se juntaram com a gente e participaram na condução e construção do orçamento participativo deste ano. E foi com uma felicidade muito grande que este ano a gente iniciou novamente o orçamento participativo, o debate da Lei Orçamentária Anual, com o orçamentinho participativo, como bem citou Clair. O orçamentinho participativo que surgiu de uma forma, a gente dialogando nas ações do orçamento o ano passado, e debatendo sobre o que Nabor tinha pedido, para que todos os secretários pudesse dar as mãos e trabalhar o programa de atenção à primeira infância, que é o PAI. E nesse diálogo, numa brincadeira, a gente olhou um para o outro e disse: ‘por que a gente

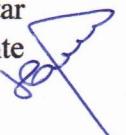


não faz o orçamentinho?'. Nessa brincadeira, a gente dialogou com Helena, ela gostou da ideia, ela dialogou com Nabor e ele disse: 'toque'. Aquele jeito de Nabor, ele disse 'faça', porque ele já previu um marco legal da primeira infância. Porque no marco legal da primeira infância diz que nós devemos ouvir as crianças, para o hoje e para o futuro delas, saber o que elas querem no íntimo delas pra que a gente possa conduzir a cidade, construir a cidade em cima também dos desejos delas. E é interessante, porque a gente recomeçou esse ano com o orçamentinho participativo, e nisso construímos em conjunto com a Secretaria do Desenvolvimento Social, e a Secretaria de Educação, e todas outras também que se empenharam, e deliberamos que tínhamos de alcançar pelo menos de noventa a cento e vinte crianças. Passamos desse número, Presidente, e passamos desse número de uma forma fazendo cinco audiências em lugares diferentes da cidade. E nessas audiências, nós chamamos crianças de creches, e também escolas públicas privadas, ONGs, Igrejas. Juntamos todas essas crianças de faixas etárias diferentes, porque, no que a gente pensou no plano passado pra esse ano, a gente pensou no seguinte: vamos trabalhar a primeira infância, e também vamos avançar um pouquinho mais pra ouvir as crianças de quatro a seis anos, e de seis a oito anos, pra que a gente pudesse também ter esse apanhado especial com elas. E por incrível que pareça, é uma experiência fantástica. Doutora Pollyanna, ouvir a criança, normalmente a gente faz muito o que a Bíblia diz, e a Bíblia diz assim: 'ensina à criança o caminho que ela deve andar e, no futuro, ela não vai se desviar dele. E com essa primícia bíblica, a gente também começou a prestar a atenção no que diz o marco legal da primeira infância, ouvir. Porque normalmente a gente diz o seguinte: 'esse menino está falando besteira, cala a boca, menino, fica quieto, menino'. O costume que a gente é criado, a gente cresce vendo isso. E na hora que a gente começa a juntar essas crianças, faz um preparo lúdico, porque também a gente teve a parceria de profissionais pedagogos, psicólogos, algumas pessoas que fazem, esqueci o nome, que Aline faz, tipo cuidadora, mas ela brinca com eles, faz a parte lúdica, faz uma fala e prepara faz uma fala até para a chegada do Prefeito, porque o Prefeito participou de todas as audiências, e foi escutar diretamente as crianças. Não foi só a equipe da Desenvolvimento Social da Educação e da Articulação Social que fez o acompanhamento, o Prefeito fez isso pessoalmente, escutando todas elas. E as crianças escutava essa brincadeira, a gente falava um pouco da cidade, e além de falar da cidade, o que é que a gente fazia? Elas faziam silêncio, e se entregava a elas papel e lápis, e as deixava a vontade, pedia para que elas desenhassem o que tinham de desejo pra cidade, o que elas pensava pra cidade, o que elas queriam pra cidade. Todos os desenhos possíveis e imagináveis a gente teve, e muitos desenhos, do ano passado, pra cá evoluíram, é interessante. Porque o ano passado a gente via muita criança desenhando mercadinho, desenhando bolacha recheada, fruta. Isso chamou muita a atenção da gente. A criança desenhar isso, quis dizer o quê? O que chamou a atenção da gente: a gente precisa melhorar a merenda, fortalecer e colocar mais. A gente precisa dar atenção ao PAA, a gente precisa dar atenção aquela situação da fome em si, e a gente saia de uma pandemia, de várias situações. Quando veio pra esse ano, a gente já via outras situações também parecidas com a do ano passado, que, por exemplo, uma criança, chamada Jessica, e eu e Nabor paramos ao dela, e a gente disse: 'que desenho lindo, como é seu nome?'. Ela disse: 'Jessica, esse desenho é minha casa linda, essa árvore que está aqui é minha árvore linda, mas eu quero uma árvore dessa na frente da minha casa'. E a gente foi mais ousado e perguntou a ela: 'E essa parte amarela aqui é o quê?'. Ela disse: 'é minha rua, toda esburacada'. Um prefeito ouvindo isso, um secretário ouvindo isso, com

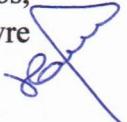
responsabilidade, como é que você vai prepara o orçamento para o ano seguinte? Se tem um planejamento, ou tem algumas ações que você vai conseguir no Governo federal, você vai tentar ou governo do estado, ou do próprio município, você vai fazer o quê? Você vai tentar ter atenção aquelas situações, porque as crianças estavam gritando, falando alguma coisa desse tipo. Jânio está aí sentado, Jânio é do Monte Castelo. Jânio, você conseguiu contar quantas ruas foram calçadas lá no Monte Castelo esse ano? Jéssica e tantas outras Jéssica foram ouvidas ali naquela região. Essa é a força da criança, essa é a força do orçamentinho participativo, que não é de Sávio, não é de Helena, mas é de todo poder público, é desta Casa, é da Prefeitura, é da cidade inteira, são das nossas crianças, é o nosso futuro. Esse é o orçamentinho participativo. Eu não vou me alongar porque eu sei que tem outras pessoas que vão falar um pouco mais. Mas nesse documento que eu passei para a presidência, há pouco tempo, mostra alguns desenhos: crianças desenham escolas, desenham PSF, elas desenham piscina, desenham água na torneira, todos os tipos de desenhos a gente consegue enxergar. Nós ouvimos crianças do Campo Cumprido, ouvimos crianças do Mucambo, ouvimos crianças de Santa Gertrudes, de todas as localidades da nossa cidade, todas, todas as localidades tinham crianças. E com isso, depois do orçamentinho participativo, aí veio algo também que a gente não tinha feito nos anos anteriores no orçamento participativo, que foi o primeiro seminário dos adolescentes da cidade de Patos. Normalmente, se a gente parar e for buscar dados, a gente fica sem ter os dados com os adolescentes, essa idade que é a idade do crescimento, onde ele vai tomar uma forma, a voz engrossar, tal. E aí a gente teve a ousadia de juntar o NUCA, que é o Núcleo de Cidadania do Adolescente, que é trabalhado junto com o selo da UNICEF, que trabalha criança e ao adolescente, e fizemos o primeiro seminário de adolescentes da cidade de Patos. Nesse seminário os adolescentes tiveram cinco eixos diferentes e trabalharam os cinco eixos na educação, na cidadania, no meio ambiente, saúde, bem estar, e eles apontaram também os desejos que eles tinham pra nossa cidade e pra vida deles. Tudo isso que eu estou falando está colocando nesses documentos que eu entreguei à Mesa. E é importante que a gente possa dialogar sobre isso, inclusive ler com atenção, até o fechamento do nosso orçamento, pra que a gente possa ter a certeza de que tudo que essas crianças e esses adolescentes falam tocam diretamente as nossas vidas. Então, a gente precisa ter a certeza que o que eles falam é porque eles sabem e sentem, e se preocupam não só com eles, mas se preocupam com todos nós, porque eu já ouvi menino me cobrando pra fazer seminário pra debater o futuro das mulheres da cidade de Patos. Semana passada teve a Conferência Estadual de Juventude, em João Pessoa, e vários adolescentes da cidade de Patos foram pra lá, e eles voltaram pensando e querendo muito mais. E seguindo, para poder acelerar e terminar minha fala, depois dessa plenária do seminário de adolescentes, a gente fez o carinhosamente chamado o orçamentão. A gente abriu o link, como todos os anos, desde do primeiro ano do governo Nabor, dessa gestão, no site da Prefeitura, fizemos a distribuição da consulta popular também escrita e distribuímos com todas associações urbanas e rurais, os conselhos de direitos, sindicatos, ONGs, a cidade recebeu, por exemplo, o município, em escolas, UBS, dentre outros locais, e deixamos lá também para que a população tivesse acesso e pudesse preencher pra opinar no que ela queria para o município, pra que fosse colocado ou apontado na Lei Orçamentária Anual. E, com isso, algumas prioridades foram apresentadas. E dentre essas prioridades a gente pode perceber que o debate na área de juventude, mulheres, meio ambiente, tudo foi apontado e muito parecido, não teve nada que fosse extraordinariamente diferente. Então isso é importante a gente ter, e vocês têm números



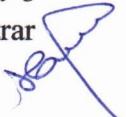
disso agora, porque, por exemplo, se a gente for olhar inovação e tecnologia articulada, aí tem aqui três tipos de votações: 570 (quinhentos e setenta) votos, 474 (quatrocentos e setenta e quatro) votos, 496 (quatrocentos e noventa e sete, que são números parecidos. Mas o primeiro mais votado fala em criação do Núcleo Desenvolvimento Inovação Científica e Tecnológica, o segundo, incentivo as tecnologias alternativas, e, o terceiro, implantação de usina fotovoltaica para geração de energia aos prédios públicos. Às vezes a gente pensa que as pessoas vão pedir só o calçamento. O calçamento é importante, as pessoas pedem todos os dias; o asfaltamento de algumas ruas, o saneamento básico. Mas as pessoas também se preocupam o avanço da tecnologia, aonde é que a gente pode investir nisso no nosso município, pra que a gente possa crescer em algumas áreas. E ao mesmo tempo se a gente parar e pensar em emprego e renda, também foi apontado. Então, tudo isso está colocado nesse documento do Orçamento Participativo. A plenária desse ano é a segunda plenária do orçamento dessa gestão. A primeira foi o ano passado, falo da plenária geral, dos adultos, mas teve a participação também da juventude, que foi muito bonito; os idosos, o pessoal da fibromialgia, LGBTQIA⁺, entre tantas outras representações; o pessoal de terreiro, o pessoal do EJC, da Igreja Evangélica, da zona rural. Eu mesmo eu aperreei muito Ferré, que ainda estava como secretário, e me ajudou muito nessa articulação. A minha amiga Perla, do Orçamento democrático Estadual; Marcone, André, toda turma que ajudou e mobilizou o processo como um todo. André levou o pessoal da Batalha da Concha, que fez a reivindicação ao Prefeito Nabor, na plenária do orçamento, através de batalha de hip hop. Quer dizer, a gente tem algo muito forte na cidade, e que a gente planeja avançar nesse processo de escuta popular. A plenária foi bonita, foi fantástica, eu peço desculpa, mais uma vez, a esta Casa, porque de novo caiu num dia de sessão. E nós vamos planejar para que, ano que vem, não caia, pra que vocês possam estar lá com a gente participando efetivamente no dia da plenária, que é muito importante. E esse ano a gente deu oportunidade novamente a todos os representantes de associações, conselhos de direitos, a juventude, os adolescentes, o pessoal, como eu disse, do EJC, o pessoal de terreiro, pessoal da Igreja Evangélica, como um todo, onde as pessoas puderam estar lá apresentando as suas reivindicações. E aqui nesse documento também consta o que a gente pediu, pra que as associações e todos os que fossem representar lá, levasse um documento, assinado por eles, pra reivindicar o desejo que eles têm pela comunidade deles e pra cidade, pra que pudesse estar documentado. Então isso também foi muito importante a gente fazer. E eu finalizo dizendo um desejo nosso, que a gente já vem discutindo isso, e a gente fez uma reunião, alguns dias atrás, com todos os presidentes dos conselhos de direitos da cidade, e, nessa reunião, autorizado pelo Prefeito Nabor Wanderley, pensado conjuntamente, nós delatemos um início de planejamento para a cidade como um todo, pra que a gente pudesse pensar a cidade não só mais ano a ano, ou de quatro em quatro anos, com o Plano Plurianual, mas que a gente possa fazer um planejamento de médio a longo prazo, de vinte a trinta anos, porque a gente precisa crescer ainda mais, e com a qualidade. Na hora que a gente tem o poder econômico, que, graças a Deus, ele existe na área urbana que quer fazer o avanço loteamentos, o avanço de maquinários públicos, como hoje a gente está avançando no Virgílio Trindade, no São Judas Tadeu, tem outras situações que vão chegar pra cidade pra avançar em outros locais, mas a gente precisa fazer isso ainda com mais força e com mais qualidade. E essa reunião que a gente com todos os conselhos de direitos, iniciando por lá, agora, em seguida, também fazer com os secretários e apresentar a toda sociedade, junto com a Câmara de Vereadores, e juntar a sociedade pra a gente



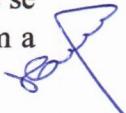
poder pensar à cidade, isso é muito importante. E o orçamento participativo do ano que vem a gente está planejando pra fazer diferente, fazer justamente isso, fazer, eu vou até ousar, a gente vai fazer um congresso da cidade. A gente precisa parar e juntar os nossos municípios, todos os diferentes, pra gente poder construir em conjunto a cidade. E o Prefeito Nabor é um entusiasta disso. O Prefeito Nabor, quando a gente fala em planejamento, ele disse: 'vamos fazer, vamos debater, vamos levantar'. E a gente olha pra menina dos olhos dele, e brilha. E isso é bonito porque a gente precisa se juntar. Nós precisamos nos dar as mãos pra fazer isso. É gostoso demais ouvir a população, é prazeroso. Vocês fazem isso diariamente, vocês se escutam, mas também o que vocês falam aqui é reflexo de lá, porque vocês são representantes populares. E a gente precisa ampliar isso de uma forma que a cidade se sinta ainda mais participante, mais forte, porque se ela tiver, dentro da construção de um orçamento, ainda com mais veemência, de uma forma que a gente vai construir um planejamento conjunto, eles vão sentir ainda mais forte e ainda mais representado, e a cidade vai crescer ainda melhor e mais forte. Então são essas palavras. Eu peço desculpa por ter me alongado, mas, pra finalizar mesmo, agradecer ao Prefeito por estar aqui, secretário, por ter essa oportunidade, e agradecer a Deus por estar nesta noite aqui, junto com vocês, falando essas palavras que eu falei. Mas digo mais uma vez, com gratidão pelo convite e por estar aqui, mais uma vez, representando o Orçamento Participativo. Muito obrigado, Presidente, obrigado a todos." A Senhora Presidente registrou as presenças de: Lana Escarião, representando a Associação das Quadrilhas Juninas de Patos; Milene Carine, representando a STTRANS; Ulisses Neto, Secretário de Comunicação do Município; Wiverdâneo, representando a STTRANS; Damião Oliveira, representante da STTRANS, e Gustavo Ramos. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o Procurador Jurídico do Poder Legislativo **Dr. José Lacerda Brasileiro**: "Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara de Vereadores de Patos Valtide Paulino, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimo Senhores Secretários da Administração Municipal, eu quero em nome de Sávio, saudar a cada um de vós que aqui se fazem presentes. Excelentíssimos senhores integrantes das autoridades municipais aqui presentes, servidores desta Casa, a que eu integro, com muita honra, meu abraço, minhas felicitações. Nós temos uma abordagem em temas rápidos, onde a temática geral é o orçamento, é a organização orçamentária do município. Talvez, pouco pudesse dizer em razão aula que disse Clair nesta noite, falou muito bem de todas as questões orçamentárias e, de forma didática, deu uma verdadeira aula, onde o aprendizado, com certeza, foi fantástico. Mas eu quero dizer que neste campo nós temos um sistema, que Clair muito bem abordou aqui. De onde vem o sistema? Vem da nossa Constituição. A Constituição Brasileira, que o grande arcabouço representativo de todas as normas. É de onde emana o direito, é de onde surgem todos os direitos e todas as garantias. É verdade Dra. Pollyanna que no Brasil, nós tivemos nos últimos anos, décadas, avanços incomensuráveis. Avanços como a incorporação à Constituição Federativa do Brasil de um conjunto de princípios que são todos de grande importância. Eu posso citar, no artigo 37 da Carta Magna, cinco princípios fundamentais, princípios que regem ou que estão ali postos para serem considerados princípios, normas e, como tal, estabelecer um conjunto de regras na administração pública, e que a administração pública a eles está vinculada, e que vincula um conjunto de outras situações. Nós temos então, nesses cinco princípios, legalidade, onde tudo o que se faz em termos administrativos há de se perguntar: que lei rege? Qual a lei que estabelece esses direitos, essas garantias? Mitigou-se aquela situação passada, onde o administrador era mais livre



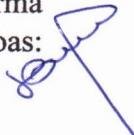
para criar, e agora disse: 'não, temos que olhar mais para a sociedade'. E olhar mais para a sociedade é verificar a questão da lei, porque toda lei numa democracia há de vir de um parlamento, no nosso caso da Câmara de Vereadores, onde, com muito orgulho, eu vos digo que tive a honra de ser vereador. Inclusive, fui o Presidente da Comissão Organizadora da Sistematização da Lei Orgânica. Então, aqui o Prefeito, a administração, precisa trabalhar a legalidade, a lei como base. Que lei determina, que lei rege cada situação? Não bastasse isso, nós temos mais quatro princípios: publicidade, onde tudo o que se faz na administração pública, exceto as circunstâncias reservadas, que não são tantas, mas tudo haverá em tese de ser publicizada, de ser divulgado. Diário Oficial dos Municípios, Jornal Oficial, em alguns deles, o Poder Legislativo tem o seu órgão de divulgação, tem o seu Diário de divulgação, e por ali passa o conjunto informativo do município. A Prefeitura tem o seu Diário, o seu jornal, a Câmara tem o seu, e aí se forma o conjunto de publicidade. Não se pode aprovar uma lei sem a devida publicidade, sem a devida divulgação. E esta divulgação no Poder Legislativo se dá em várias etapas. Então, nós já temos aqui, dois princípios fundamentais. A administração pública não é objeto de sigilo, é objeto de publicidade, de divulgação. Não a publicação, a divulgação da vontade do administrador, mas a divulgação das regras jurídicas postas a favor da sociedade. O terceiro princípio, que eu cito aqui, é o princípio da impessoalidade. A administração pública não pode fazer aquilo que seja para fulano, para A ou para B, a lei que nós falamos anteriormente, tem que ter caráter geral, tem que ser um conjunto de normas para toda uma sociedade. Ela não pode ser um conjunto de regras pessoais, para a família de, para os parentes de; ela tem que ser para todo o povo. Então, aqui vem o princípio da impessoalidade. Nós temos mais princípios. Entre eles nós podemos destacar o princípio que surgiu depois no direito administrativo e que se incorporou a própria Constituição, o princípio da eficiência. A administração precisa buscar a realização daquilo que for eficiente, que atenda ao público, que atenda às necessidades da sua gente, do seu povo. Isso, para mim, é um conjunto de regras extremamente importante da vida desta sociedade. E quando a administração pública traz a público à discussão do orçamento, do conjunto de regras orçamentárias, então, ela está trazendo ao público um conjunto de situações, onde se busca uma administração planejada, que é um princípio que não está entre os cinco do artigo 37, mas é um princípio fundamental da administração pública, o planejamento. E para atender a esse princípio, a Constituição estabeleceu que os entes públicos, governo federal, governos estaduais, governos municipais e o Distrito Federal, terão que observar três leis de planejamento. A primeira das leis é o Plano Plurianual. O Plano Plurianual é um conjunto de regras onde, no primeiro ano de gestão, os governantes a partir de seus planos traçados e discutidos com a população, na campanha eleitoral, traz para o conjunto normativo e adentra a outras situações, e ali transforma no Plano Plurianual, um plano que é para quatro anos. Os três últimos da administração e o primeiro da administração vindoura, porque aqui, nós temos uma organização, para evitar que a administração pública se desregre da lei, e faça de ouvido moco do que é regra geral no conjunto político administrativo. Nós temos em seguida, a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentária, que é um conjunto de regras que vai agora trabalhar entre o Plano Plurianual e o Orçamento que há de vir, estabelecendo regras já pensando na estrutura administrativa, e ali se planeja, ali se organiza e ali vem o conjunto de planejamento estabelecido na LDO. Por último, vem a Lei Orçamentária, que, para mim, Clair, de forma didática, pedagógica, esmiuçou, tratou das questões, e disse muito bem o que era o orçamento e a importância dele. Para esse conjunto de regras, nós vamos encontrar



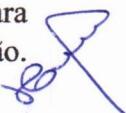
princípios de direito, como razoabilidade. Não adianta ter uma lei que seja esdrúxula, não adianta ter uma lei que não respeita a cidadania, que não respeita a dignidade da pessoa humana, a lei precisa ser feita de forma a olhar para essa realidade, a dignidade da sociedade. A forma de dar dignidade a uma sociedade para qual foi feita aquela lei que diz sobre direitos, mas diz também sobre obrigações, sobretudo, do estado do estado brasileiro em todas suas dimensões: União Federal, Estados membros, municípios, e o Distrito Federal. Então, esse conjunto aqui, nós temos a felicidade de aqui estarmos capitaneados, dirigidos pela eminente presidente desta Casa, que realiza um trabalho fantástico, um trabalho extraordinário, e por todos os vereadores, que na sua direção, que no seu pensar, que no seu olhar para a sociedade, pensa e executa atividades de buscar um planejamento perene, um planejamento aonde a administração pública possa, com o dinheiro que tem, que não é tanto, mas é o quanto. Com isso eu quero dizer, se não tem tudo o que precisa, mas tem algo que é suficiente para realização de enormes atividades públicas em bem de toda a coletividade. E fazer sempre de forma que busque a dignidade da nossa gente, a dignidade do povo, no nosso caso do município de Patos. Então aqui está o marco fundamental. E nesta noite que a sociedade se reúne, presidente Tide, a gente ver a grandeza desse marco. Vi isso na fala de Clair, vi também na fala do eminentíssimo doutor Sávio, e de todos que por aqui possam passar vão sempre olhar no mesmo sentido, a dignidade da nossa gente, a grandeza do nosso povo, a firmeza de cada um, em dizer assim: que na existência feliz de cada segmento social, nos reunimos para saudá-los e dizer que feliz do município que age com respeito ao seu povo. Minha gratidão, muito obrigado a todos.” A Senhora Presidente disse: “Nosso agradecimento. É sempre uma honra ter o nosso Procurador aqui nas nossas sessões, nas nossas audiências. É sempre uma aula quando nós temos aqui a presença de doutor Zé Lacerda.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra **Dr. Antônio Marcos**, Secretário da Receita do Município de Patos: “Boa noite, Senhora Presidente Tide Eduardo, em nome da qual saúdo aqui todos os vereadores. Boa noite ao meu eterno professor Zé Lacerda, que é uma honra poder escutá-lo, ter mais uma aula aqui, com todos vocês. Quero aqui saudar a todos aqui presentes. Queria que esta Casa estivesse cheia aqui hoje, porque estamos aqui debatendo um assunto muito importante para a sociedade, que é a Lei Orçamentária Anual. Saúdo a todos os secretários aqui presentes, na pessoa de Popó. E falar da importância, e trazer aqui a Secretaria da Receita como protagonista também nesse momento aqui, que estamos discutindo a Lei Orçamentária Anual para 2024. Primeiramente, já se mostra a preocupação do Prefeito Nabor Wanderley com a questão orçamentária desde a criação da secretaria da receita. A partir do momento que ele desvincula receita e finanças, já é um grande passo para que tenhamos uma legislação atualizada, voltada, principalmente, para atender os interesses da população. Depois de escutar as belíssimas palavras de Clair, que deu aqui de uma aula de direito financeiro, e já tivemos aqui aula de direito administrativo, de direito constitucional, vou falar um pouco de direito tributário. Mas Clair foi essência nas palavras, de forma simples, mas profunda, quando ela trouxe a questão orçamentária. Deu uma aula aqui, de seis meses de faculdade, em trinta minutos. Então ela mostra a questão da importância da responsabilidade fiscal, porque para executar é preciso também ter responsabilidade, para planejar também é preciso ter responsabilidade. Então aqui eu trago a importância do pagamento dos tributos junto ao município de Patos para que saia do papel tudo que aqui está sendo planejado, tudo que a sociedade aqui está almejando. Eu tenho certeza que se esse plenário hoje estivesse cheio, todas as pessoas que estivessem aqui, sairiam com a



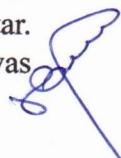
consciência diferente com relação ao pagamento dos seus tributos. Então, assim, queira ou não, esses momentos, Presidente, fomenta de qualquer forma a educação fiscal no nosso município, mostra a importância da população no processo de elaboração também de suas leis, sejam leis de conteúdos mais concretos, sejam leis de conteúdos mais abstratos, como as leis são fiscais. Então, assim, eu fico muito agradecido pelo convite, isso mostra a importância da Secretaria da Receita. Eu saio daqui, hoje, levando para os meus colegas auditores, cada vez mais, a importância de se arrecadar no município de Patos, porque nós enquanto arrecadadores, enquanto coletores de impostos, somos os responsáveis diretos em efetivar de forma concreta tudo isso que a população colocou Sávio, no seu orçamento participativo, o que as crianças ali almejaram, junto com o Prefeito Nabor Wanderley, junto com toda sua equipe no orçamentinho. Então, sem dinheiro não se constrói. Mas também a importância dos tributos não só se resume a questão de arrecadar, vai muito além disso, é questão de distribuição de renda, é questão de igualdade social. E isso só é possível com uma legislação tributária moderna. E aqui, Presidente, eu já faço um adendo, que hoje eu estive aqui, pela manhã, discutindo com alguns vereadores dois Projetos de Lei, que já irão entrar em votação amanhã, que mostram a preocupação do Prefeito Nabor Wanderley com a atualização da legislação fiscal, modernizando essa legislação. O Prefeito Nabor Wanderley teve uma visão muito futurista em 2006, quando ele criou o corpo de auditores fiscais no nosso município. Naquele momento, salvo engano, a arrecadação do município era quatrocentos mil reais, trezentos mil reais, hoje, até agosto, o município já arrecadou vinte e cinco milhões de reais. Quer dizer, a importância da receita própria. E para onde estaria indo esse dinheiro, se naquele momento, em 2006, o Prefeito não tivesse implantado aquela sementinha ali. E hoje a previsão é que a arrecadação chegue a trinta, trinta e três milhões, quando fechar o ano. Então aqui, mais uma vez, deixo a Secretaria da Receita à disposição sempre quando tiver esses debates aqui. É importante, e eu trazer em outros momentos, outros auditores, para esclarecer aqui toda a questão tributária que Vossas Excelências necessitarem, e ficar à disposição enquanto secretário. Não só como auditor de carreira, mas como secretário, à disposição de todos vocês, seja de Clair lá, contabilidade, de Sávio, lá na articulação, de Popó, lá no Controle Interno, que a gente tem muita coisa, não é Popó, para resolver. E, desde já, agradeço o convite e estou sempre à disposição aqui da Câmara.” A Senhora Presidente disse: “Queremos fazer nosso agradecimento, em nome de Câmara Municipal de Patos, a Pollyanna, que é tão importante para esta Casa, onde nós estamos na semana de justamente trabalhar a questão das nossas emendas impositivas, e a Secretaria Pollyanna, quero fazer jus ao trabalho dela, Doutor Zé Lacerda, que, como a Secretaria de Controle Interno, ela nos auxilia em todas as emendas impositivas. As emendas serão apresentadas até sexta-feira, dia dez, mas a Secretaria Pollyanna ver uma a uma, e ver se realmente as dotações, Clair, foram colocadas corretamente. Isso mostra a capacidade e a importância da Secretaria de Controle Interno para as nossas emendas impositivas não saíam com nenhum erro. Então, Pollyanna, o nosso agradecimento desde já. E eu sei que, até sexta-feira, nós dezessete vereadores temos muito o que lhe aperrear. O nosso agradecimento.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra a **Dra. Pollyanna**, Secretária do Controle Interno do Município: “Queria agradecer, na verdade. Quando a gente é reconhecido pelo trabalho não é motivo de vangloria, mas sim de muita gratidão. Todas as vezes que eu venho aqui nesta Casa, para mim, é uma grande oportunidade de nós que fazemos a questão, de forma tão técnica, eu, Clair, Marquinhos, é uma parte muito técnica da Prefeitura, e as pessoas:



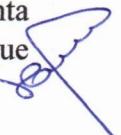
‘fazem o quê? Como é? De onde saiu? E eu lembro que logo no início desse relacionamento entre Câmara e Controle Interno, que vem se estreitando muito nessa gestão, eu me lembro que Tide dizia: ‘Eu nem sabia o que o Controle Interno fazia. E aí nasceu da necessidade desse novo instrumento que é utilizado, que são as emendas impositivas, que aqui em Patos só foi recepcionada pela Orgânica Municipal em 2018, contudo, efetivamente, depois de muita técnica, depois de muitos debates, conseguimos praticá-las com eficiência, como disse o professor Zé Lacerda, porque elas realmente foram pagas. E são realmente muito criteriosas, principalmente em relação as entidades do terceiro setor. E como Marcos disse, seria importante a participação da população aqui para entender. Enquanto Controle Interno, dentro das minhas atribuições, ou das atribuições do próprio Controle, a Constituição traz que temos a responsabilidade pela fiscalização financeira, orçamentária, operacional e pessoal. Então, dentro desse orçamento, as pessoas não entendem quando a gente constrói um PPA, constrói a LDO, constrói a LOA, trabalhamos antes e depois, incansavelmente, tanto contabilidade como Controle Interno, aí vêm a parte. Estimamos receitas, fixamos despesas, e quem vai controlar, fiscalizar? Por isso o nome controle. De onde vai sair essa receita? Os vereadores podem consultar, que são fiscais do orçamento também, e a própria população, quando tem um empenho, lá tem que ter a classificação. Hoje, eu tirando dúvidas de umas emendas: ‘não com essa numeração aqui, 3651, que é afinal que Clair tem, que é uma linguagem de contabilidade, aí disse: você sabe todos esses números, Pollynna?’. Eu disse: nem Clair sabe, nem quem inventou o manual de contabilidade pública sabe, mas são códigos que a gente utiliza para que não erre na receita, por quê? Marcos disse uma fala importante, para que nós realizemos os Projetos, e tirarmos do papel, temos que ter dinheiro. E para gastar dinheiro público temos que ter fiscalização. Então somos constantemente fiscalizados pelos órgãos de controle externo, em principal o Tribunal de Contas. E eu faço um curso lá, sou aluna, e a professora passou uma atividade, tal, montou um grupo, vamos resolver as questões da LDO de Patos. E é uma professora bem criteriosa, e a gente tinha que cumprir tudo. E o interessante, Sávio, é que quando eu fui apresentar com o meu grupo, que eram umas cinco ou seis pessoas, no final, eu disse: ah, professora, ainda tiveram as audiências, que eu estava lá nas fotos. Porque tem essas audiências, e a gente vai juntando, porque somos fiscalizadas. E a professora teimando, porque era bem crítica no Tribunal de Contas, eu disse: ‘mulher, tem tudo. Ela disse: ‘eu vou dar uma olhada de novo. Eu também queria enaltecer o brilhante trabalho de Clair, mas não podia jamais deixar de esquecer Joelma, que sofre, que aperreia eu, aperreia Clair, aperreia Sávio, todo mundo aperreia Joelma. E nessa fase de construir essas emendas, a gente tem todas essas dúvidas técnicas. E para finalizar a minha fala, gostaria também de dizer que a importância da população seria também para fiscalizar, porque se a gente fixou essas despesas, a gente paga, e está lá no site. E o Controle Interno, eu me juntei com o pessoal da equipe, nós fazemos parte do programa Time Brasil, da CJU, inclusive, vamos apresentar uma ação, dia vinte e um de novembro, fomos convidados mais uma vez, pela CJU. E para nós é motivos de muito orgulho, porque Patos, todos os controles de controle, CJE, sobre Patos, a controladora de Patos, parece até que eu sou uma superstar, porque eles fazem: ‘menino, tá calmo em Patos, não teve operação’. Eu digo: a gente está batalhando para resgatar o nome da cidade, porque houve um período muito conturbado aqui na representatividade da cidade. E eu vejo que o Prefeito Nabor tem feito isso com maestria, colocado secretarias com pessoas técnicas realmente para que possam auxiliá-lo na gestão. E nós criamos Tide, o Programa Controle Cidadão.



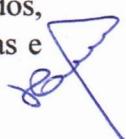
‘Controle Cidadão é a transparência do município na palma da sua mão’. A ação Dia D será realizada sexta-feira, na frente da Prefeitura, na Praça do Bobys, e também no Mercado Público de Patos, seguindo um pouco a linhagem que Sávio faz no orçamento de ensinar as pessoas. Porque não poucas vezes o próprio vereador, as próprias pessoas que não são leigas querem informação no site e não sabe onde está. Porque a gente sabe que o mundo digital é muito abrangente, contudo, é uma tela, que atrás existe um universo. E se você não souber manusear, e se esse instrumento também não for fácil para que o usuário saiba acessar a informações, a gente não aplica a transparência. E aí a gente já fez o folder, vai fazer essa ação de transparência ativa, e lá as pessoas podem ver que nós temos despesa em tempo real, empenho em tempo real, controle de combustível em tempo real, que são ações que a gente tem que divulgar, diárias, folha de pessoal, que geralmente não é a população, mas até pessoas da própria gestão ficam questionando, vendo, e é público isso. Então, assim, o Controle Interno trouxe muito da transparência pública pra vida da sociedade. E o maior fiscal ainda continua sendo o povo, o cidadão é o principal protagonista do controle social, amplia o controle social a cada acesso de transparência que eles têm. No mais, eu gostaria de pedir obrigado pela participação, que me deixaram por último. Um abraço para a minha amiga Fofa, Marcos. O pessoal da STTRANS, obrigado pela presença, pela participação. E fico à disposição pra qualquer dúvida.” A Senhora Presidente facultou a palavra. Com a palavra, o **Vereador Sales Junior** disse: “Senhora Presidente, boa noite a todos os vereadores, aos integrantes do governo que aqui usaram a fala e fizeram suas apresentações em relação à LOA - Lei Orçamentária de 2024, cada um com sua responsabilidade em esclarecer para a população. E nós sabemos da preocupação do governo, Clair, pra justamente fazer com que o planejamento seja executado. Sabemos que tudo isso é uma previsão orçamentária e, mesmo assim, é preciso existir o planejamento, Sávio, seja através do orçamento participativo ou do orçamentinho. E por traz disso existe uma equipe, um corpo de pessoas técnicas, justamente para auxiliar o governo. Parabenizo a também a Secretaria da Receita, por estar fazendo um bom trabalho. E, às vezes, Clair, a gente se depara aqui com situações, talvez por falta de informação, dizer assim: ‘nós não sabemos para onde está indo o imposto que é pago, os tributos que nós pagamos’. E é dito com tanta euforia, que a gente, às vezes, é obrigado a ser repetitivo, quando a gente diz assim: ‘Estão lembrados daquele programa chamado PAI, que nós aprovamos aqui, no início do mandato do governo Nabor? Pois é, é bancado praticamente com recursos próprios. Vocês conhecem o programa Novos Olhares, que é realizado pela Prefeitura de Patos? Pois é, cem por cento é bancado com recursos próprios. Muitas das vezes eu converso com Itamara, e ela diz assim: ‘Pra pagar a folha nós precisamos fazer a complementação com recursos próprios’. E tantas e tantas outras ações, por exemplo, a UPA do Jatobá não recebe ainda nem um real, parte do governo federal, por ela não estar ainda credenciada, e nem também do governo do estado. Então o Prefeito faz com recursos próprios ou através de um custeio, que é conseguido pelo nosso Deputado Federal Hugo Mota. Então são situações, que eu vou só repetir aqui o que vocês falaram: o Prefeito, o governo, a gestão, tem que ter essa habilidade pra fazer tudo dentro do que está previsto no orçamento. E às vezes nós votamos aqui, esse ano foram muitas as vezes, créditos suplementares, créditos especiais, justamente daquilo que não estava previsto no orçamento, e que chegou. Chegou novidade, ah, não está no orçamento. Câmara Municipal de Patos pra autorizar para o governo poder receber e a gente poder executar. Então é basicamente isso, é preciso entender essas responsabilidades, essas prerrogativas



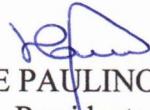
de cada um. E com essa dinâmica, com esse respeito dos poderes, a gente consegue ver que Patos vai dando um passo de cada vez. Agora estamos na estabilidade, de fato, Pollyanna falou que tivemos um momento muito difícil, eu fiz parte desse momento, onde a gente tentou de todas as formas contribuir, mas nós não tínhamos uma estabilidade nem política, nem administrativa. Mas chegou o momento exato para que as coisas pudessem ser colocadas no trilho. E eu sempre digo: o Poder Legislativo é uma peça fundamental nesse processo. E Joelma, eu aqui faço questão de dizer, ela sempre entra em contato, comigo na questão de líder do governo, quando ela diz: 'Sales, nós temos um prazo pra aprovar esse Projeto, porque, se não, vamos perder esse recurso, é algo novo que chegou. E você converse aí com os vereadores, e explica'. Às vezes alguns não querem nem saber, querem o fim de tudo mesmo, 'tem que dar errado para eu me dar bem'. Mas ele sabe que não é assim, esse momento eu acho que não é bom pra Patos, nem pra lugar nenhum, Clair. E eu parabenizo vocês pelo compromisso, pela responsabilidade que vocês têm. Não apenas por serem profissionais na área de vocês, porque eu sei que por trás disso tem um amor, um sentimento, eu acho que os olhos brilham pela cidade de Patos. Obrigado, e parabéns a todos." A Senhora Presidente disse: "Quando o orçamento chega a esta Casa, até trinta de agosto, eu costumo a começar a cobrar de Pedro Leitão: Pedro, quando o orçamento chega? Mas eu sei também que pra o orçamento chegar aqui tem muito trabalho antes, Sávio, Clair, Pollyanna e toda a equipe, pra que esse orçamento realmente ele chegue até a data certa. E nós estamos realmente no momento da confecção das emendas impositivas, que é o nosso carro chefe. E ouvindo aqui o Secretário da Receita, graças a Deus, nós vereadores, quando nós vamos fazer as nossas emendas, nós temos a certeza de que as coisas estão caminhando bem quando as emendas impositivas aumentam os valores. Então nós temos 1.2 do orçamento destinada as emendas impositivas que nós vereadores destinamos. A cada ano nós vemos na prática o aumento do valor das emendas. Então para o ano de 2024, dividido para os dezessete vereadores, nós temos três milhões e quinhentos mil reais, 1.2do orçamento. Então isso nos deixa feliz, em saber que as coisas estão realmente dando certo. E quando nosso Secretário falava da questão dos auditores fiscais do município, nós temos a certeza, Márcia, que estamos no caminho certo." Com a palavra, o Vereador Severino Fernandes disse: "Boa noite a todos. Boa noite, Presidente, colegas Vereadores. Eu vinha com muitas dúvidas para fazer questionamento e fazer uso da palavra, mas foi tão bem explicado que fiquei sem nenhuma dúvida. E não é um assunto tão fácil de se pegar, mas foi tão bem esclarecido, que a gente contemplou na palavra, principalmente de Clair, que deu uma aula de orçamento aqui pra gente. A gente fica feliz em saber que o orçamento está transitando da maneira de como é necessário no nosso município. A gente acompanhou a luta de Sávio, e que não é fácil, Sávio, e o parabenizo porque eu sei de tudo o que você enfrentou pra chegar esse momento. E sabemos de todo o empenho do nosso município, a partir do prefeito, dos secretários, da própria Câmara de Vereadores. E a gente ver que esse era um momento para a cidade estar aqui discutindo o orçamento. Esse era o momento para que a gente pudesse ter muita gente aqui para tirar suas dúvidas, como a gente tirou hoje. Parabéns a vocês! A gente fica feliz por participar desse momento na Câmara de Vereadores. Muito obrigado." Com a palavra, o **Secretário Sávio Salvador** disse: "Eu mais um vez usando a palavra, e aproveitando a falar do líder Sales, muita gente pergunta pra gente: 'por que é que tem na Secretaria de Articulação Social, na Secretaria de Juventude ou na Secretaria de Mulheres, nas executivas, por que tem trinta mil reais e não usaram? Por que tem duzentos e cinquenta mil reais e não usaram, por que



tem um milhão e tanto, com um quadro de detalhamento de despesa? E a aula que a gente recebeu hoje, e recebe todos os dias de Clair, doutora Pollyanna, doutor Marcos e de vocês, isso pra gente é através das redes sociais. Se isso aqui estivesse cheio, seria perfeito. Não está cheio, mas a gente pode continuar falando sobre isso, explicando a população. Tudo o que a gente falou hoje, e vem falado durantes os anos, precisa começar a ir pra dentro da sala de aula. É uma impressão que tenho, uma vontade que tenho, acho que a gente deve começar a discutir e ensinar aos nossos jovens o que o orçamento, porque doe no coração, muitas vezes, quando as pessoas olham pra gente e dizem assim: 'por que vocês não investem o dinheiro que está lá?'. E eles não entendem que isso é uma previsão orçamentária. E foi perfeita a fala de vocês todos. Só estou falando sobre isso porque doe no ouvido da gente e no coração, quando não entendem o que tem no quadro de detalhamento de despesa, o sacrifício que vocês estão fazendo, que o Prefeito está fazendo, que Clair, Pollyanna, Marcos, os vereadores e todo o poder público, pra desenhar e construir o orçamento. Mais uma vez, eu sei que vou estar aqui nos dias de orçamento e debate, mas de novo parabenizar todo o trabalho que você desenvolve em cima do nosso orçamento e em cima da defesa do nosso município." A Senhora Presidente disse: "Só pra complementar, quanto tem dotação orçamentária, e as pessoas acham que é o dinheiro, não é o dinheiro. São dotações do orçamento, que é diferente de você ter o dinheiro em conta." Com a palavra, o **Vereador Severino Fernandes** disse: "Nessa linha, às vezes, as pessoas pensam que o orçamento, o dinheiro está lá no cofre pra ser gasto. Orçamento é uma coisa, ter o dinheiro pra executar o orçamento é outra coisa completamente diferente. Aí é onde tem aquele jogo de cintura pra se lutar e conseguir o dinheiro pra poder o orçamento ser executado." Com a palavra, **Clair Leitão** disse: "Dizer que quando eu recebi o convite de Nabor Wanderley, em dois mil e cinco, as minhas pernas tremeram, porque era uma grande responsabilidade. E quando eu peguei o orçamento, naquela época, o orçamento era de trinta e cinco milhões de reais. E hoje, depois de tantos anos, o orçamento está previsto quatrocentos e um milhões. Então, isso foi uma evolução gigante. Eu sou contadora, mas, nesse momento, eu não sei fazer nem o percentual de quanto o orçamento de Patos cresceu. Então eu quero agradecer o convite, agradecer as palavras que foram direcionadas a mim. E quero aqui também, muito especialmente, agradecer a minha contadora Joelma, que está ali sentada, mas que merece realmente uma salva de palma, porque ela é a minha representação dentro de Patos. Todos sabem que eu sou uma contadora que trabalho em muitos municípios, e eu tenho a minha equipe meus contadores, e cada contador meu máster, eu gosto muito de dizer isso, a minha empresa é uma faculdade, porque eles entram lá e aprendem de fato a fazer contabilidade pública. Eu acho que as pessoas nem sabem disso, mas a grande maioria dos meus contadores, eu os peguei como estagiários, paguei cinquenta por cento da bolsa deles, e ensinei contabilidade pra eles, porque na universidade mal se aprende contabilidade pública, chega até ser uma cadeira optativa. Então eu tenho muito orgulho disso, de formar os meus contadores. E Joelma é uma das grandes contadoras que fica respondendo por tudo isso. Esse orçamento aí, a parte operacional do planejamento é todo elaborado por ela, e, é claro, com a minha orientação. Então eu quero homenageá-la, viu Joelma, você é muito importante pra gente. Muito obrigado a todos. E sempre que precisar da minha visita, é só mandar me chamar." Não havendo nada mais a tratar,gradecendo a presença de todos, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública, às vinte horas e quarenta e dois minutos.



SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 08 DE NOVEMBRO DE 2023.


VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente


FRANCISCO DE SALES MENDES JUNIOR
1º Secretario "Ad hoc"